

## **LAZER NOS PROGRAMAS SOCIAIS: UMA CONSTRUÇÃO INTERVENTIVA**

**Marcus Vinicius de Faria OLIVEIRA 01(1); Lerson Fernando dos Santos MAIA 02(2); Laís Paula de MEDEIROS 03(3); Elizane Maria da SILVA04(4)**

(1)CEFET-RN – Rua dos sabiás, 8020 – Pitimbu – Natal-RN –Cep: 59067-260 – Tel: 3218-2329 – 9606-8860 – e-mail: mvinicius@cefetrn.br

(3)CEFET-RN – lerson@cefetrn.br

(3)CEFET-RN - laispaulamedeiros@yahoo.com.br

(4) CEFET-RN - lizaninha\_maria@hotmail.com

O Curso de Gestão do Lazer (CEFET-RN), a partir de 2006 vem coordenando as ações do programa Esporte e Lazer (PELC), no Estado do Rio Grande do Norte, com núcleos funcionando em sua capital, e em mais 14 municípios do interior. Os desafios colocados por um programa voltado para a intervenção no campo popular e democrático são muitos. Romper com as ações, assistencialistas, clientelistas, e conservadoras, que historicamente respaldaram as políticas no âmbito do esporte e do lazer, não é tarefa fácil. No Brasil, as experiências alternativas que apontam para superação de práticas conservadoras, são poucas, e necessitam ainda, de uma maior sistematização e aprofundamento, no que se refere aos seus aspectos metodológicos e avaliativos. A problematização do presente estudo, tomou como referência os desafios colocados para as políticas públicas no campo do lazer, e os depoimentos de vários estudiosos da área que apontam para necessidade de construir metodologias de intervenção na realidade articuladas com um projeto político no campo do lazer, que apontem para a construção de uma nova organização social: mais coletiva, mais justa, democrática e igualitária. Neste sentido, as seguintes questões investigativas orientam e delineiam o objeto de estudo: como se configura uma metodologia de intervenção no campo do lazer, sintonizada com os objetivos e princípios norteadores do programa Esporte e Lazer da Cidade? Desta forma, o estudo aborda as questões que envolvem a construção de metodologias no campo de lazer, tratando especificamente do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Objetiva sistematizar as experiências mais relevantes, nos aspectos relacionados com os mecanismos metodológicos, considerando fundamentalmente, os princípios e fundamentos do PELC, que norteiam o processo de intervenção pedagógica. O Método teórico formulado por Talízima (1987), no qual se fundamenta nos princípios da teoria da atividade desenvolvida pela escola Russa de psicologia, e os princípios da pesquisa-ação, são tomados aqui, como métodos de apropriação da realidade. Os agentes sociais, os coordenadores de núcleos e a comunidade participante, serão os interlocutores do estudo. A observação participante, os diários de bordo, a entrevista e análise dos documentos são os instrumentos de coleta de dados eleitos pela pesquisa.

Palavras-chave: Lazer, Políticas Públicas. Metodologia de Ensino.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), a partir de 2006 vem coordenando as ações do programa Esporte e Lazer no Estado do Rio Grande do Norte (PELC), com núcleos funcionando em sua capital, e em mais cinco municípios do seu interior. Os desafios colocados por um programa voltado para a intervenção no campo popular e democrático, são muitos. Romper com as ações, assistencialistas, clientelistas, e conservadoras, que historicamente respaldaram as políticas no âmbito do esporte e do lazer, não é tarefa fácil. No Brasil, as experiências alternativas que apontam para superação de práticas conservadoras, são poucas, e necessitam ainda, de uma maior sistematização e aprofundamento, no que se refere aos seus aspectos metodológicos e avaliativos. O grande desafio da experiência no Rio Grande do Norte está sendo materializar, através do processo de intervenção pedagógica, princípios e diretrizes norteadores do PELC, como por exemplo: a construção da auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intersetorialidade e principalmente transformar as vivências do lazer em um processo formativo, crítico e emancipatório.

A problematização do presente estudo, tomou como referência os desafios colocados para as políticas públicas no campo do lazer, e os depoimentos de vários estudiosos da área que apontam para necessidade de construir metodologias de intervenção na realidade articuladas com um projeto político no campo do lazer, que apontem para a construção de uma nova organização social: mais coletiva, mais justa, democrática e igualitária. Neste sentido, as seguintes questões investigativas orientam e delineiam o objeto de estudo: como se configura uma metodologia de intervenção no campo do lazer, sintonizada com os objetivos e princípios norteadores do programa Esporte e Lazer da Cidade? Quais são os instrumentos de avaliação e monitoramento capazes de captar as ações do PELC-RN em seus aspectos qualitativos e quantitativos? Quais são os conhecimentos necessários que os agentes sociais de esporte e lazer devem ter para nortear a sua prática em perspectiva crítico superadora?

Desta forma, o estudo aborda as questões que envolvem a construção de metodologias e instrumentos de monitoramento e avaliação de ações no campo de lazer, tratando especificamente do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Objetiva sistematizar as experiências mais relevantes, nos aspectos relacionados com os mecanismos metodológicos, avaliativos e formativos, considerando fundamentalmente, os princípios e fundamentos do PELC, que norteiam o processo de intervenção pedagógica.

O Método teórico formulado por Talízima (1987), no qual se fundamenta nos princípios da teoria da atividade desenvolvida pela escola Russa de psicologia, e os princípios da pesquisa-ação, são tomados aqui, como métodos de apropriação da realidade. Os agentes sociais, os coordenadores de núcleos e a comunidade participante, serão os interlocutores do estudo. A observação participante, os diários de bordo, a entrevista e análise dos documentos são os instrumentos de coleta de dados eleitos pela pesquisa.

## **2 APONTANDOS OS CAMINHOS A SEREM SEGUIDOS**

As políticas públicas no campo do desenvolvimento social vêm, na gestão do governo federal, a partir de 2003, adquirindo uma significativa prioridade no orçamento público. Hoje considerados não mais como gasto, mais sim como investimentos necessários para reduzir a desigualdade social historicamente consolidada no Brasil. Os diversos Ministérios desde o de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, passando pelo Ministério da Saúde, Educação e o Ministério do Esporte apresentam avanços significativos, em vários projetos e programas de políticas públicas.

Programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil(PETI), o Programa Saúde da Família(PSF), Escola Aberta, Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade(PELC), vem se consolidando como efetivos programas e ações governamentais de significativa interferência na realidade social, contribuindo para alterar o quadro de desigualdade social, como também, proporcionando a sua superação, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE) 2005, demonstram diversos indicadores que comprovam ou apontam que essas ações vem trilhando caminhos de um real enfrentamento da realidade, e consequentemente, sendo fatores importantes da interferência do Estado brasileiro nas políticas públicas.

Vários estudos no campo do lazer, entre os quais se pode mencionar os trabalhos de Mascarenhas (2004), apresentam como uma lacuna presente nas políticas públicas de esporte e lazer, os aspectos relacionadas com aos processos metodológicos de intervenção. Considerando esse aspecto, ainda como de quase total abandono nos estudos acadêmicos, com também, nas próprias administrações públicas estaduais e municipais.

Amaral (2004) situa também, que muito da produção literária no Brasil, relacionadas com as políticas públicas de esporte e lazer, são muito mais relatos de experiências que realmente uma produção acadêmica, que possibilite subsidiar uma análise sobre essas políticas.

Nesse sentido, fica evidenciado que as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, apesar dos reais avanços conquistados a partir da década de oitenta, nas experiências desenvolvidas principalmente nas gestões dos partidos integrantes da frente popular, como por exemplo: Santo André, Porto Alegre, Caxias do Sul, Mauá, Belém, Mato Grosso do Sul e mais recentemente Recife, ainda fica uma lacuna no aspecto relacionado com a metodologia de intervenção e os efetivos instrumentos de monitoramento e avaliação das ações dos programas que compõe as políticas públicas do setor.

Por isso, os aspectos relacionados com os mecanismos de metodologia, monitoramento e avaliação dos impactos das intervenções, principalmente considerando as ações relacionadas com avaliação processual, ainda continuam sem uma sistematização de controle por parte do governo, da sociedade civil organizada e principalmente dos gestores dos programas.

Pensar a sistematização de uma metodologia, incluindo as questões relacionadas com os instrumentos de monitoramento e avaliação dos programas sociais de esporte e lazer perpassa uma prioridade premente para as políticas públicas no Brasil, principalmente considerando a perspectiva cada vez maior de uma efetivação do poder público nos rumos dessas políticas.

Ao se construir e sistematizar metodologias de intervenção para o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), considerando nesse contexto, tanto as ações sistemática, quando as intervenções assistemáticas, cria-se uma significativa possibilidade de uma melhor intervenção do programa na realidade, como também, favorece controle e conseqüentemente conexão entre as diretrizes e os objetivos do programa. Possibilitando assim, que as intervenções concretizem seu real alcance de tornar o esporte e o lazer um direito social de todo cidadão brasileiros.

Portanto, o presente estudo objetiva construir e sistematizar uma metodologia de intervenção no campo do lazer, considerando também, os seus aspectos avaliativos e formativos, sintonizada com os princípios e objetivos do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Para isso, toma como referência e campo empírico da investigação a experiência desenvolvida no estado do Rio Grande do Norte sob a coordenação do CEFET-RN através do Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (REDE CEDES). O objetivo geral do estudo é sistematizar uma metodologia de intervenção no campo do lazer, sintonizada com os objetivos e princípios norteadores do programa esporte e lazer da cidade; Sistematizar as experiências de intervenção do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Estado do Rio Grande do Norte;

São objetivos específicos do estudo:

- a) Definir um corpo de conhecimento: saberes, competências, habilidades, capazes de iluminar o processo formativo dos agentes sociais do PELC;
  - b) Pedagogizar os eixos norteadores do PELC-RN;
  - c) Produzir material didático pedagógico que possibilite a socialização das experiências de intervenção do PELC-RN;
  - d) Construir instrumentos de avaliação e monitoramento das ações do PELC-RN, no que se refere aos aspectos metodológicos da intervenção.
- 5 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

### **3 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER**

As políticas públicas expressam o compromisso do Estado com a sociedade, no que se refere aos atendimentos às demandas e condições básicas ao exercício da cidadania. Dessa maneira, o lazer aparece então reconhecido como um desses pressupostos à plenitude da cidadania, já que foi instituído como direito social assegurado na Constituição brasileira de 1986, contribuindo assim, em grande parte pelo início de sua inclusão nas políticas públicas no campo social.

Mesmo decorrendo 30 anos de sua indicação como direito social do cidadão brasileiro, estudo de Marcellino (2003) demonstra uma profunda escassez de políticas públicas de lazer no Brasil. Fato também confirmado e agravado ainda mais em estudos de Maia (2003), quando se refere as políticas públicas para o lazer no estado do Rio Grande do Norte e seu conjunto de municípios.

Atender as demandas e necessidades da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social e que estão submetidas. São objetivos colocados como conjunto de ações do Ministério do Esporte. Sendo assim, é importante perceber que o PELC apresenta em seus princípios norteadores a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; apresentar o esporte e o lazer como direito de cada cidadão e dever do estado; universalização das práticas esportivas e de lazer, inclusão social, democratização da gestão e a participação popular.

O lazer fruto da sociedade urbano-industrial incide sobre ela como elemento gerador de novos valores que se contrapõem aos valores hegemônicos. Sendo assim, o lazer merece tratamento sério. É necessário valorizar sua atração no cotidiano da comunidade, assim como relata Marcellino (1983), mas não como simples fator de amenização ou alegria para a vida, mas como questão de sobrevivência humana. É importante perceber que as atividades de lazer constituem um dos canais possíveis de transformação cultural da sociedade, sendo um importante instrumento de mudanças.

Assim também, Marcassa (2003) citada por Fernandes e Húngaro (2004) acredita que o lazer é determinado pela sua construção histórica que se opera na sociedade e, portanto, as atividades que passam a constituir-se são vivenciadas e fruídas pelos homens em conjunto, segundo condições econômicas, culturais e sociais criadas.

Como se percebe, de acordo com o autor, o lazer é entendido como um fenômeno próprio do capitalismo, mas por ser perpassado por relações de hegemonia, como afirmam Fernandes e Húngaro (2004), pode ser posto a serviço da revolução, da superação da ordem burguesa.

Já Antunes (2002) também citado por Fernandes e Húngaro (2004) acredita que, não é possível compatibilizar trabalho assalariado, feiticizado e alienado com tempo (verdadeiramente livre). E que uma vida desprovida do sentido. O trabalho alienado é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Fernandes e Húngaro (2004) acrescentam que para aqueles que almejam a emancipação humana, então, o que cabe é pensar o lazer como uma possibilidade educativa, concebendo-o sob o ponto de vista dos "de baixo". Tal caminho poderia ser o de tornar acessível o lazer à toda sociedade como uma obrigação do Estado, uma política pública.

De acordo com Sant' Anna (1994) citado por Mascarenhas (2003) apenas na década de 1970 o lazer deixa de ser concebido, exclusivamente, como oportunidade de descanso e entretenimento, como espaço de consumo, instrumento para veiculação de normas e valores consonantes com os interesses econômicos vigentes e firma-se uma política específica para o setor. O lazer passa a configurar-se como um direito social, devendo sua prática ser assegurada e estendida pelo Estado brasileiro. Deste modo, compatibilizando suas ações com a política estatal, o Serviço Social do Comércio (SESC) desempenhou um papel fundamental na construção e consolidação do lazer enquanto campo do conhecimento.

Ainda nesta época, entidades recreativas de classe e mais algumas instituições privadas, materializaram-se como as principais responsáveis pela difusão e implementação das ações de lazer desenvolvidas no Brasil. No entanto Mascarenhas (2006) revela que é ainda preciso lembrar que o Estado não se manteve totalmente afastado deste processo. Segundo ele, as atividades de lazer se configuraram como uma importante estratégia de órgãos ou organismos voltados para o esporte, a cultura e a assistência social, em todas as esferas de governo. Ainda na década de 1970, foram criados os Centros Sociais Urbanos, com 600 unidades distribuídas pelo país, localizadas, principalmente, na periferia das médias e grandes cidades, buscando, sobretudo, como afirma este autor, valer-se do lazer como elemento compensatório à deterioração das condições de vida decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial verificadas entre as populações mais pobres.

Uma outra iniciativa por parte do governo federal visando o incentivo e propagação do lazer pode ser localizada na criação de campanhas como o Esporte para Todos (EPT). Seguindo os princípios da educação permanente, subjacentes à Carta Européia do Esporte para Todos, elaborada pelo Conselho da Europa, em 1975, o EPT brasileiro procurava dinamizar a prática de esporte de modo informal e massivo. Apostando na aquisição e desenvolvimento de hábitos saudáveis de lazer entre a população, objetivava-se cultivar o espírito esportivo e competitivo, imprescindível ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento industrial, estimulando o uso do tempo livre com eventos esportivos, sempre afirmando valores como o sentimento cívico, a família, a comunidade, a vizinhança, a saúde etc. (SANT'ANNA, 1994 citada por MASCARENHAS 2006). Deste modo, sob o pretexto da democratização e universalização das atividades físicas e desportivas, o direito ao esporte e o direito ao lazer apresentavam-se como importantes instrumentos de controle e garantia da chamada paz social, além de começar a forjar novos hábitos de consumo entre os adeptos desta campanha.

Na década de 80, o lazer, ainda que timidamente, passa a fazer parte de programas governamentais de forma mais estruturada. Apesar do pequeno avanço ocorrente, observa-se ainda uma má distribuição orçamentária no que diz respeito às secretarias destinadas ao lazer, evidenciando ainda mais as contradições dos processos em que se estabelecem rigidamente hierarquias sobre necessidades humanas. De fato o lazer aparece com futilidade social. Com isso, essas secretarias muitas vezes acabam complementando seu orçamento com parcerias estabelecidas unicamente a partir da ótica do mercado, diluindo o caráter público de suas iniciativas.

Nos anos de 1990, emerge no Brasil preocupações e iniciativas voltadas à organização de uma indústria de lazer e entretenimento. É nessa época também que se desencadeia um maior desemprego. Com o agravamento preocupante do desemprego, difícil se faz discutir acerca do não-trabalho e esse desemprego

exerce influência direta sobre o lazer. É importante observar então que,

Se no contexto atual os diretos trabalhistas e o emprego estão em risco, sem dúvida o risco se prolonga para o lazer dos indivíduos, embora a máquina de "vender sonhos" - a indústria do Jazer e entretenimento - esteja cada vez mais organizada e atuante. (MELO E ALVES JÚNIOR, 2003, p.21).

Então, diante do contexto político-social atual, faz-se necessário reconhecer, a significativa presença do lazer nas práticas sociais e compreender, sobretudo, a problemática do lazer em nossas cidades. É preciso contribuir para a formulação de políticas públicas democráticas e incitar o aumento da consciência da população sobre as múltiplas dimensões econômicas, culturais e políticas presentes nas dinâmicas sociais produtoras do tempo livre e do lazer, sendo esta uma das principais responsabilidades dos "agentes sociais".

Assim, diante de tantas implicações e polêmicas, é notável a presença do lazer no contexto social, sendo preciso considerá-lo como fenômeno social moderno e como campo multidisciplinar, construído a partir das divergências entre as classes sociais, sendo de fato uma necessidade social e motivo de intervenção de políticas públicas. Mesmo ainda sendo considerado elemento de atenção secundária, observa-se um crescimento de ações governamentais para este sentido. E aqui se inclui iniciativas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Nessa perspectiva, deve-se pensá-lo como um elemento de importante significância na vida em sociedade, já que é compreendido como um momento em que os indivíduos, além de vivenciarem experiências lúdicas, também constroem a sua própria história, a sociedade e a cultura; pelo seu conteúdo, pelos valores que são experimentados, pelas atitudes vividas e fundamentalmente, pela relação cidadã que pode ser estabelecida nesse tempo.

Os programas de lazer conforme seja sua metodologia se apresentam como um possível instrumento de transformação social, já que com a sua implementação, a ociosidade dos indivíduos pode ser substituída pela educação desse tempo livre, agora preenchido com atividades que venham a promover a troca de experiências e o próprio desenvolvimento pessoal e social.

Baseando-se em toda essa conjuntura, o lazer começa a ganhar espaço dentro das políticas sociais, levando o Estado a tomar consciência quanto ao seu papel de implementador dessas práticas mediante a sociedade. Como visto no título VII, capítulo 111, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção 111, no qual o lazer é tratado no art. 217, inciso 3º, da seguinte forma: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um observado: [...] o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social" (BRASIL, 2002, p.132).

No entanto, é preciso verificar a atuação do mesmo para que as práticas de lazer elaboradas por ele, não assumam caráter paternalista, muito menos assistencialista, fato que negaria a real essência do lazer mediante a esfera social

Assim, ele se apresenta como uma experimentação valorativa onde a estética e a política articulam-se como dimensões que acabam por tornar impossível qualquer iniciativa de dissociá-lo do conceito de educação, daí a relevância deste elemento como agente de transformação social, uma vez que é por meio da educação que alcançamos as mudanças tão necessárias.

Dizemos ainda que as atividades de lazer revelam uma possibilidade de inserção crítica na realidade contextual e histórica de um grupo, onde os sujeitos se percebem tanto como agentes como pacientes da ação. Necessário se faz conceber o lazer como prática social e pedagógica, já que ele pode possibilitar a compreensão da realidade, propiciar a aprendizagem e proporcionar a difusão de um saber crítico e emancipador.

Portanto, um programa de lazer pode colaborar com a construção de uma realidade nova, como um elemento que integra uma trama de interações diversas. E é aqui mais uma vez frisada a importância de sua implantação e re-significação para os municípios. Dessa forma, o lazer passa a ser originado de uma experiência cidadã, ampliando as chances de que as práticas de lazer constituam canais de resistência, mobilização e engajamento político. Assim pode-se relatar um lazer real, presente e ativo no cotidiano da comunidade.

Um programa para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais é, portanto, uma forma de política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos

(criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

Mesmo sendo a temática sobre o lazer bastante discutida na atualidade, muito pouco tem-se avançado no que se refere ao papel do Estado na implementação de políticas públicas de lazer para além das abordagens que privilegiem somente a promoção de eventos com artistas consagrados, salvo raríssimas exceções, os poderes executivos federal, estadual e municipal, quando da formulação de suas políticas ainda estão permeados por visões estreitas do lazer, na lógica da tão antiga e atualíssima tese do pão e circo do período romano.

Menicucci (2006 p. 140) acredita que ao afirmar que a cidadania social se efetiva por meio de uma intervenção governamental ou da ação estatal positiva significa remeter à discussão das políticas sociais enquanto um segmento historicamente constituído das políticas públicas. E, em um contexto no qual se busca especificar o conteúdo de uma política pública voltada para o lazer, ou mais ainda, acredita a autora, em que se discute como efetivar o direito constitucional ao lazer, torna-se necessário analisar os princípios e diretrizes que orientam essa política bem como os conteúdos principais e formas de sua implementação.

Segundo Amaral (2001, p.181), "a política nos diversos enfoques que pode ter, (...) refere-se ao exercício de alguma fora de poder, com suas múltiplas conseqüências". E acrescenta ainda que política é "um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são em princípio divergentes, toma decisões coletivas que se tornam regras obrigatórias para o grupo e se executam de comum acordo". Público significa comum a todos.

Uma definição bem aceita revela que Política Pública compreende o conjunto de políticas econômicas, sociais e ambientais implementadas pelo governo, em conjunto ou não com a sociedade civil, para atender demandas de grupos sociais. Política pública é assim, um elemento pensado para atingir todas as camadas sociais. Em uma definição Menecucci (2006) revela que

Política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisões e a um conjunto de ações para implementar aquelas decisões".( MENECUCCI,p. 142}

Parafraseando Menecucci (2006) as políticas são sempre escolhas em um quadro de conflitos de preferência relativas a diferentes questões, tais como o objeto específico de intervenção governamental, as concepções sobre a ação do Estado, a definição relativa à geração e à alocação de recursos, etc.

Geralmente é a pressão de setores da sociedade sobre o governo, seja de forma organizada ou não, que dá origem às políticas públicas. É preciso, portanto, reconhecer o lazer não como uma oportunidade de desfrute a qual todos tenham acesso. Pelo contrário, necessário se faz relatar a existência das barreiras interclasses e intraclasses sociais que impedem este desfrute por todos e que formam um todo inibidor que dificulta o acesso ao lazer. Assim, não promover ou estimular políticas públicas de lazer corresponderia deixar uma grande parcela da população a mercê, a margem.

Falar numa política pública de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo, mas implica falar em melhorias e conquistas maiores, investimentos e formações. Pois assim como revela Marcellino (2001 p.11): "o lazer tem sua especificidade, inclusive como política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais". Assim é possível observar que as políticas públicas de lazer são resultado de uma cooperação entre governo e sociedade.

No Brasil, por se tratar de um país nos moldes federativos, no qual há autonomia política e ideológica entres as unidades da federação, as políticas públicas, as vezes, assumiram determinadas direção ideológica na esfera nacional e outra na esfera estadual e municipal. Sobre o fato Amaral (2001, p.183) revela que

Observando a história das políticas em território nacional, veremos que jáexistiu. E talvez esteja ainda presente hoje, Estado sob os moldes liberal, neoliberal, social democrata e sobre um modelo híbrido, que congrega formas distintas da democracia (representativa e participativa).

Dentro das políticas públicas, destaca-se neste estudo as de lazer. Políticas públicas de lazer, como afirma

Stigger (2003), são as formas de como o lazer está numa esfera de importante significação na vida em sociedade, seria um momento em que os trabalhadores também se constroem histórica, social e culturalmente, pelo seu conteúdo, pelos valores que são experimentados, pelas atitudes vividas e, fundamentalmente, pela relação cidadã que pode ser estabelecida com esse.

Marcellino (2001 p.92) acredita que para melhor entender a discussão sobre políticas públicas de lazer é necessário a compreensão do lazer como cultura vivenciada no tempo disponível, o que implica espaços, tempo e condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir; além de destacar a necessidade de um poder público fomentado e organizador que a permita ser fruto da mais ampla participação dos habitantes da cidade. E aqui é necessário ressaltar a importância deste estudo, uma vez que ele pretende analisar e avaliar a atuação do programa Esporte e Lazer da Cidade enquanto política pública de intervenção de lazer.

Amaral (2001) acredita que as políticas públicas de lazer no Brasil podem ser consideradas como campo de estudo ou como atividade exercida por autoridades ou agente social e pelo Estado. Ou seja, podem ser compreendidas de acordo com duas vertentes: reflexão ou intervenção.

Falar de políticas públicas de lazer no momento pelo qual passa a nossa sociedade, recheada de desempregados, miseráveis e famintos é um grande desafio. É preciso, no entanto revelar que as atividades de lazer representam uma rica oportunidade de participar dos movimentos sociais organizados, naqueles que têm a intenção clara de serem mais um instrumento de conscientização das massas oprimidas.

As atividades de lazer são percebidas então como uma oportunidade de desenvolvimento de valores contestadores da sociedade atual, que caminha no terceiro milênio como promotora da exclusão e das desigualdades. Precisa-se de fato melhorar o acesso ao lazer, uma vez que este não se encontra desvinculado do trabalho, e criticar as propostas de políticas de lazer de cunho assistencialistas, a fim de procurar responder aos anseios da população no que se refere à prática do lazer, oportunizando e ampliando a cidadania. As políticas públicas vão se tornando assim, um importante instrumento desmistificador das dualidades existentes entre Estado e sociedade civil. Desse modo é possível dizer que a implementação de políticas públicas encontra-se intimamente ligadas a luta pela melhoria das condições de vida.

A metodologia de planejamento e implementação das ações do programa no Estado tem como referência a leitura crítica da realidade, a organização social das comunidades para superação dos seus problemas; a ocupação dos espaços públicos para as atividades de lazer, o planejamento participativo e a avaliação processual.

Necessário se faz relatar que a implantação nos núcleos do Conselho Gestor, grupo formado por representantes da sociedade civil e do poder público local que será responsável por gerir e fiscalizar as ações voltadas para a implementação das políticas sociais de esporte e lazer.

Além de Acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do Convênio; Efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas; e por fim, realizar reuniões regulares do Grupo Gestor e deste com as instâncias de controle social.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade busca também fortalece os mecanismos de participação popular no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações voltadas para o desenvolvimento da política de lazer do município; Apresenta a possibilidade da formação continuada dos gestores, com base no princípio de gestão democrática para a administração da política pública de lazer; Apresenta a possibilidade da formação continuada dos agentes sociais do esporte e lazer, responsáveis pelo trabalho pedagógico desenvolvido junto às crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências e necessidades especiais; Define parâmetros para a construção de equipamentos de lazer a partir de um modelo de arquitetura esportiva e de lazer. Estruturado a partir de módulos e permite a adequação do projeto à disponibilidade orçamentária do município.

O programa é uma iniciativa que visa, sobretudo trabalhar com a ação comunitária, onde os "agentes sociais externos" (monitores e coordenadores) atuarão com diz Paiva (1996) "com a comunidade e não para comunidade", objetivando desvendar e construir ações conjuntas que levem a comunidade unicamente ao desenvolvimento e a um grau de excelente autonomia.

Necessário se faz que os técnicos, na abordagem de Paiva (1996 p. 43), participem ativamente e se envolvam em excelente nível a fim de bem desenvolver o trabalho proposto, buscando alcançar os objetivos e minimizar os obstáculos que venham a surgir.

Paiva (1996, p. 44) acredita ainda que "o trabalho da ação comunitária constitui-se de uma intervenção deliberada em determinada comunidade onde se deseja desenvolver a ação". Acrescenta que como estratégia de trabalho social a ação comunitária é dividida em três fases inter-relacionadas, sendo elas: deflagração, período de carência e continuidade/sedimentação.

Marcellino (1996, p.39), da mesma forma que Paiva, defende que a ação comunitária é também dividida nos três fatores supracitados. No entanto, para ele ação comunitária

Pode ser considerada como uma alternativa operacional dentro das políticas de ação, de modo geral e em especial e de forma privilegiada, no campo do lazer, quando a Organização que formula a política não quer ver sua ação confundida ou reduzida à da chamada "indústria Cultural", devendo, portanto, revesti-la de características próprias.

Essa alternativa acrescenta Marcellino (1996), em qualquer área do social onde seja desenvolvida, leva e, conta a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, interesses e aspirações de determinada clientela; sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações; e a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca do apoio político, ou de recursos para a manutenção e ampliação da ação.

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a definição da base de conhecimentos (saberes, habilidades e competências) e a sistematização de procedimentos metodológicos, necessários para constituir uma prática pedagógica que incorpore os princípios teórico-metodológicos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, numa perspectiva crítica emancipatória, resultando na formulação de um "modelo" de intervenção no campo do lazer, utilizaremos como referência o Método teórico formulado por Talízima (1987), no qual se fundamenta nos princípios da teoria da atividade desenvolvida pela escola Russa de psicologia.

Neste método é possível identificar núcleos gerais de tarefas vinculadas 'as competências e habilidade, relacionados a saberes e a uma base de conhecimento no ensino que realiza o profissional, como expressão particular da atividade mais geral diferente em seus componentes. Essa identificação resulta da pesquisa da ação dos profissionais do magistério. Nunes; Ramalho, (1998, p.62).

O modelo aqui utilizado visa se adequar ao problema proposto. Bruyne(1977), ao analisar os modos de investigação, afirma que estes constituem os meios de abordagem do real, fixando o quadro instrumental de apreensão dos dados e por conseguinte, deve haver uma concordância entre as várias técnicas utilizadas. Os procedimentos do método teórico possibilitarão identificar os principais problemas encontrados no processo de intervenção, definindo conseqüentemente, as bases de conhecimentos (saberes, habilidades e competências), necessários para uma melhor atuação.

Dessa forma, a construção metodológica de intervenção, estará também, fundamentando o processo de formação dos agentes sociais. Optamos também, por trabalhar com alguns procedimentos da Pesquisa-ação<sup>1</sup>, com um caráter exploratório descritivo, visto que a pretensão deste método uniu-se de forma harmoniosa, com as exigências metodológicas da pesquisa-ação, na medida em que a necessidade de se adotar um procedimento participativo é condição fundamental para identificar nos agentes sociais que atuam no PELC, os saberes que estamos nos propondo a observar, já que neste caso o pesquisador pode atuar juntamente com o grupo investigado para a resolução de um problema - este aqui materializado nas intervenções no campo do lazer.

---

<sup>1</sup> Falamos de alguns procedimentos Pesquisa-ação e não da Pesquisa-ação propriamente dita, porque, nesse caso, alguma das principais definições sobre a pesquisa já foi realizada, ou seja, o tema, o objeto, os objetivos, os pressupostos e o caminho das principais atividades.



Para Thiollent (1986), a pesquisa-ação ocorre em bases empíricas e se consubstancia através de uma estreita relação com as questões sociais buscando as soluções dos problemas, mas de forma coletiva, onde pesquisadores e participantes empenham-se de forma cooperativa tentando resolver as questões da pesquisa.

O pesquisador, na pesquisa-ação intervém conscientemente ao proceder o seu experimento no cotidiano de uma dada comunidade. Ela possibilita atingir os objetivos elencados pela pesquisa atendendo as exigências da produção científica quanto à produção do conhecimento e a aquisição de experiências

Nos estudos norteados pela pesquisa-ação o pesquisador faz parte da situação investigada na condição de observado, observador e interventor, ao mesmo tempo em que suas ações e resultados são importantes fontes de dados para a pesquisa.

O estudo pela sua natureza investigava, adotará dimensões do tipo exploratório-descritivo-analítico, privilegiando os procedimentos da abordagem qualitativa sem no entanto descartar o tratamento quantitativo quando este foi necessário.

Para efeito, de sistematização da metodologia e definição dos saberes e competências para o processo de formação dos agentes, três oficinas, serão objetos de acompanhamento e estudo, são elas: Esporte popular, manifestações da cultura afro-brasileira e brinquedos e brincadeiras da cultura potiguar.

Essas “oficinas experimentais” serão sistematizadas a partir de experiências já realizadas nos núcleos do PELC-RN, e que foram avaliadas positivamente. Elas serão, planejadas e desenvolvidas em um processo coletivo, no qual fará parte os pesquisadores e os agentes sociais de esporte e lazer. O planejamento e ações pedagógicas, tem como elemento norteador os princípios e diretrizes do PELC, tais como: auto-organização comunitária; trabalho coletivo; Intergeracionalidade; fomento e difusão da cultura local; respeito à diversidade. Os eventos assistemáticos, também, serão objetos de avaliação para efeito de sistematização da metodologia. Essas oficinas funcionarão como laboratório vivo para o estudo, são elas que forçarão as informações necessárias para responderem as questões de estudos aqui colocadas.

#### 4.1 A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para assegurar o mais amplamente possível à apreensão do real, os dados para a construção de uma metodologia de intervenção no campo do lazer e da definição de um corpo de conhecimento (bases de conhecimento, saberes, competências, habilidades) essenciais para a formação dos agentes sociais serão levantados em três fontes: no documento norteador do programa Esporte e Lazer da Cidade (projeto político-pedagógico, plano de capacitação e outros documentos), nas entrevistas com agentes sociais de esporte e lazer, coordenadores do PELC e a comunidade envolvida e nas observações diretas das intervenções (oficinas). Para isto serão seguidas as seguintes ações propostas pelo Método Teórico (TALÍZIMA, 1987), sugerido por Nunes; Ramalho, (1998): identificação prévia das tarefas ou problemas básicos gerais, para os quais o profissional deve preparar-se para resolvê-los criativamente; análise estrutural-funcional da atividade requerida para a solução das tarefas; definições das relações entre as atividades expressas no modelo, sua formulação em termos de objetivos-habilidades gerais a alcançar e o peso deles na estruturação dos futuros cursos de formação, inicial e continuada, dos agentes sociais do PELC. Utilizaremos três fontes de dados para a coleta de dados (entrevista, análise da documentação e observação das intervenções), no quais após a coleta de dados será submetida a um sistema de triangulação das informações como forma de correção de distorções que por ventura apareçam.

#### 4.2 POPULAÇÃO

Levando-se em consideração vários fatores, optamos por realizar um estudo de caso, a partir das ações de um núcleo de Natal-RN do Programa Esporte e Lazer da Cidade, localizada no bairro de Pajuçara, sob a coordenação do CEFET-RN. Esta escolha segue o critério da representatividade qualitativa apontada por Thillent (1994, p.62), ou, de outra forma, é considerada como uma amostra intencional, cuja definição é baseada em alguns parâmetros: existe um maior envolvimento da comunidade nas ações do PELC; a coordenadora e os agentes sociais do núcleo de Pajuçara tem dado respostas satisfatórias às solicitações da coordenação geral do PELC; dentre as experiências do PELC em Natal-RN, o núcleo de Pajuçara é o que apresenta um desempenho mais satisfatório, de acordo com os princípios do programa; o núcleo tem um potencial para ser um campo de pesquisa e sobretudo de implementação de estudos que visam contribuir para os avanços teórico-metodológicos do PELC

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Maria Ferreira. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas, SP : Papirus, 1998.
- BRUYNE, Paul de. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro : francisco Alves, 1977.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo : Cortez, 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 1998.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- NUÑEZ, Isauro Beltrán; PACHECO, Gonzalez Otmara. **La formación de conceptos científicos: una perspectiva desde la teoría de la actividad**. Natal : EDUFURN, 1997.
- \_\_\_\_\_;PACHECO, Otmara Gonzalez. **A formação conceitos segundo a teoria de assimilação de galperin**. In: Cadernos de Pesquisas. N.105, p.92-109 nov. 1998
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas, Papirus, 1983.
- MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. Goiânia : Ed. UFG, 2003.
- PIRES, José. **Análise proposicional do discurso: alguns aspectos metodológicos**. In: PIRES, José et al. Pesquisa em educação : abordagem teórica metodológicas. Natal : Cooperativa Cultural Universitária, 1991.
- \_\_\_\_\_.**Atelier de análise proposicional do discurso**. Natal : UFRN, 1991.
- \_\_\_\_\_.**Análise proposicional do discurso**, Natal : UFRN, 1995. (Mimeo).
- RAMALHO, Betania Leite. **A questão da desprofissionalização do magistério primário rural do estado da Paraíba : a visão das professoras e dos centros formadores**. Tese de doutorado, Univiersitat Autonoma de Barcelo, Espanha : 1993.
- \_\_\_\_\_.; NUÑEZ, Isauro Beltrán. **A formação inicial e a definição de um “modelo profissional”** In: RAMALHO, Betânia Leite & NUÑEZ, Isauro Beltrán(org.). Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – EPEN, Formação de Professores (I), Natal : EDUFURN, 1998.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5.ed. São Paulo : Hucitec, 1997.
- SEVERINO, Joaquim Antônio. **Filosofia**. São Paulo : Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia do Trabalho Científico**. São paulo; Cortez, 1996.
- SNYDERS, Georges. **Aluno felizes: reflexões sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6.ed. São Paulo : Atlas, 1987.